

**Empresa Concessionária de Rodovias
do Norte – Econorte**

**Informações Trimestrais (ITR) acompanhadas
do Relatório sobre a Revisão das Informações
Trimestrais**

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2015

Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014	11

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Visconde do Rio Branco, 1322 –
2º andar – Cj. 201 – Centro
Empresarial Tancredo Neves
Curitiba | PR | Brasil

T +55 41 4063.9791
www.grantthornton.com.br

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – Econorte
Londrina – PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao período findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente para o período de três meses e seis meses, findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 “Demonstração intermediária” e com a Norma Internacional IAS 34 “Interim financial reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

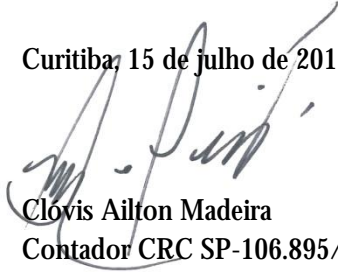
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado – DVA referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2015, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Estas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 15 de julho de 2015.



Clóvis Ailton Madeira

Contador CRC SP-106.895/O-1 “T” – PR

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC SP-025.583/O-1 “S” – PR

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Balancos patrimoniais
30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		3.691	5.352
Aplicações financeiras	4	22.305	-
Contas a receber de clientes	5	11.435	11.907
Partes relacionadas	16	18.133	4.666
Outros créditos		434	103
Despesas antecipadas	6	900	511
Total do ativo circulante		<u>56.898</u>	<u>22.539</u>
Não circulante			
Aplicações financeiras	4	68	68
Depósitos judiciais	12	976	956
Impostos diferidos	15	9.399	9.656
Investimento		113	75
Intangível	7	345.834	356.016
Total do ativo não circulante		<u>356.390</u>	<u>366.771</u>
Total do Ativo		<u><u>413.288</u></u>	<u><u>389.310</u></u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	1.729	1.535
Empréstimos	9	-	121.070
Debentures	10	24.672	28.779
Provisão para manutenção dos ativos da concessão	2.8	7.255	9.188
Obrigações sociais		1.923	2.037
Obrigações tributárias	11	1.531	2.116
Partes relacionadas	16	2.220	5.365
Outras exigibilidades		459	875
Total do passivo circulante		<u>39.789</u>	<u>170.965</u>
Não circulante			
Debentures	10	223.758	48.764
Provisão para manutenção dos ativos da concessão	2.8	18.530	17.351
Impostos diferidos	15	49.935	53.673
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	12	1.809	1.809
Total do passivo não circulante		<u>294.032</u>	<u>121.597</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	13	42.000	42.000
Ajustes de avaliação patrimonial		29.900	31.931
Reservas de lucros		7.276	7.276
Reservas de lucros não distribuídos		971	15.541
Prejuízos acumulados do período		(680)	-
Total do patrimônio líquido		<u>79.467</u>	<u>96.748</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u><u>413.288</u></u>	<u><u>389.310</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Demonstrações do resultado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Receita operacional bruta			
Arrecadação de pedágios		93.818	86.627
Receitas de construção - ativos da concessão		12.480	51.177
Outras receitas		1.355	833
		<u>107.653</u>	<u>138.637</u>
Deduções da receita bruta		<u>(7.944)</u>	<u>(7.278)</u>
Receita operacional líquida	18	99.709	131.359
Custo operacional			
Conservação e manutenção rodovias		(22.286)	(14.374)
Custo de Construção - ativos da concessão		(12.480)	(51.177)
Operação de rodovias		(9.340)	(8.446)
Pessoal		(2.018)	(1.811)
Seguros e outros		(2.544)	(2.464)
Amortização	7	(22.661)	(16.030)
	20	<u>(71.329)</u>	<u>(94.302)</u>
Lucro bruto		<u>28.380</u>	<u>37.057</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(4.795)	(3.771)
Despesas administrativas		(5.631)	(6.425)
	20	<u>(10.426)</u>	<u>(10.196)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>17.954</u>	<u>26.861</u>
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		3.478	1.049
Despesas financeiras		(23.880)	(12.824)
		<u>(20.402)</u>	<u>(11.775)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(2.448)</u>	<u>15.086</u>
Imposto de renda e contribuição social	15	(2.383)	(3.428)
Imposto diferido	15	3.480	(1.331)
		<u>1.097</u>	<u>(4.759)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período		<u><u>(1.351)</u></u>	<u><u>10.327</u></u>
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação - em reais		<u><u>(0,0993)</u></u>	<u><u>0,7593</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. -
ECONORTE**

Demonstrações do resultado abrangente
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período	(1.351)	10.327
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(1.351)</u>	<u>10.327</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. – ECONORTE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucro		Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	39.600	40.901	5.461	712	8.673	-	95.347
Realização da reserva de reavaliação	-	(13.591)	-	-	-	13.591	-
Realização dos impostos sobre a reavaliação	-	4.621	-	-	-	(4.621)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	20.052	20.052
Destinação proposta da Reserva de Lucros							
Aumento de capital	2.400	-	-	-	-	(2.400)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.003	-	-	(1.003)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	100	-	(100)	-
Constituição de reserva	-	-	-	-	15.541	(15.541)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(2.722)	(2.722)
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	(8.673)	(7.256)	(15.929)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	42.000	31.931	6.464	812	15.541	-	96.748
Realização da reserva de reavaliação	-	(3.077)	-	-	-	3.077	-
Realização dos impostos sobre a reavaliação	-	1.046	-	-	-	(1.046)	-
Lucro (prejuízo) líquido do período	-	-	-	-	-	(1.351)	(1.351)
Destinação proposta da Reserva de Lucros							
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(1.360)	(1.360)
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	(14.570)	-	(14.570)
Saldos em 30 de junho de 2015	42.000	29.900	6.464	812	971	(680)	79.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais	11.983	34.586
Das operações	32.295	35.277
Resultado do exercício antes dos tributos	(2.448)	15.086
Amortização	22.661	16.030
Resultado na baixa do intangível	-	(66)
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	-	-
Despesas com debêntures	1.076	218
Provisão para manutenção ativos da concessão	(2.413)	(3.388)
Despesas financeiras manutenção ativos de concessão	1.659	1.645
Despesas monetárias das debêntures	11.760	5.752
Redução (Aumento) em:	(13.383)	6.816
Contas a receber de clientes	472	864
Partes relacionadas	(13.467)	7.205
Outros ativos de curto prazo	(388)	(1.253)
Redução em:	(6.929)	(7.507)
Fornecedores	194	(1.182)
Partes relacionadas	(3.145)	(1.351)
Obrigações tributárias	(159)	(430)
Imposto de renda e contribuição pagos	(3.141)	(4.430)
Outros passivos de curto prazo	(678)	(114)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(34.842)	(51.171)
Adições ao ativo intangível	(12.480)	(51.179)
Aplicação financeira	(22.305)	-
Outras atividades de investimento	(57)	8
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	21.198	15.693
Captação de empréstimos	24.230	38.524
Captação de debêntures	241.053	-
Pagamento de empréstimos	(145.300)	-
Pagamento de debêntures	(82.855)	(11.724)
Dividendos / JCP pagos	(15.930)	(11.107)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(1.661)	(892)
Saldo anterior de caixa e equivalente de caixa	5.352	4.489
Saldo atual de caixa e equivalente de caixa	3.691	3.597
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(1.661)	(892)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Receitas	107.653	138.637
Venda de serviços	93.818	86.627
Receitas de construção - ativos da concessão	12.480	51.177
Outras receitas	1.355	833
Insumos adquiridos de terceiros	(53.931)	(84.361)
Custo dos serviços prestados	(48.671)	(78.275)
Materiais, energia, serviços e outros	(5.260)	(6.086)
Valor adicionado bruto	53.722	54.276
Retenções	(22.661)	(16.030)
Depreciação, amortização e exaustão	(22.661)	(16.030)
Valor adicionado líquido	31.061	38.246
Valor recebido em transferência	3.478	1.049
Receitas financeiras	3.478	1.049
Valor adicionado total a distribuir	34.539	39.295
Distribuição do valor adicionado:	(34.539)	(39.295)
A - Pessoal e encargos	(4.796)	(3.771)
Remuneração direta	(3.344)	(2.615)
Benefícios	(373)	(312)
F.G.T.S.	(144)	(113)
Outros	(935)	(731)
B - Impostos, taxas e contribuições	(6.846)	(12.037)
Federais	(2.452)	(7.998)
Municipais	(4.394)	(4.039)
C - Juros e aluguéis	(24.248)	(13.160)
Juros	(22.092)	(11.714)
Aluguéis	(368)	(337)
Outros	(1.788)	(1.109)
D - Remuneração do capital próprio	1.351	(10.327)
Prejuízos (lucros) retidos	1.351	(10.327)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte” ou “Companhia”) localizada à Rua Seimu Oguido, 242, em Londrina, Paraná, é uma sociedade anônima constituída em 8 de outubro de 1997, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, do lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 340,77 km. A Companhia obteve a concessão pelo prazo de 24 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis anualmente segundo cláusulas específicas) e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR), as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível; provisão para manutenção dos ativos de concessão; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme Instrução CVM nº 475/08.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 10 de julho de 2015.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis. Não há, em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

(i) *Ativos Financeiros* -- continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

(i) Ativos Financeiros -- continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros -- continuação

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, nas datas do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O ativo intangível reconhecido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 teve como origem o saldo do ativo imobilizado registrado desde o início da concessão, que estava demonstrado ao custo de aquisição, construção, reavaliação espontânea realizada para a data-base de 31 de dezembro de 2003 e de 31 de outubro de 2007.

O critério definido para amortização é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.4 Intangível -- continuação

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.5 Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.5 Tributação -- continuação

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS – Contribuição para Seguridade Social – Cumulativa	3,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social – Não Cumulativa	7,60%
PIS – Programa de Integração Social - Cumulativa	0,65%
PIS – Programa de Integração Social - Não Cumulativa	1,65%
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

2.6 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado, apresentadas como informação suplementar, foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.8 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para manutenção dos ativos de concessão

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis – continuação

2.8 Provisões --- continuação

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

2.10 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.11 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

- ***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

O IASB divulgou o IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers*, que exige que uma entidade deve reconhecer o montante da receita, refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. Quando for adotada, esta norma substituirá a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente (normas IAS 11, IAS 18, IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18). Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017, podendo ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes em suas demonstrações financeiras e divulgações e ainda não definiu o método de transição e nem determinou os efeitos em seus relatórios financeiros atuais.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- continuação

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição de provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- continuação

Provisões para Riscos Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Aplicações financeiras

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Aplicações financeiras vinculadas		
Certificado de depósito Interfinanceiro (CDI)	22.305	-
Títulos de capitalização Ouro Cap. BB	68	68
	<u>22.373</u>	<u>68</u>
Ativo circulante	22.305	-
Ativo não circulante	68	68

5. Contas a receber de clientes

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os valores a receber de administradoras de cartões pós e pré-pagos são assim representados:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Visanet	1.159	1.034
Dbtrans	246	200
Via Fácil	9.578	10.594
Oi S/A	374	-
Outras contas a receber	78	79
	<u>11.435</u>	<u>11.907</u>

6. Despesas antecipadas

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Despesas com seguros a apropriar	792	484
Outras despesas a apropriar	108	27
	<u>900</u>	<u>511</u>

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível

Custo	Pavimentos	Ampliação capacidade	Computadores e Softwares	Intangível em andamento	Outros intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2013	285.444	188.847	1.910	27.443	6.983	510.627
Aquisições	36.560	4.339	207	47.099	1.575	89.780
Baixas	-	(24)	(14)	-	(309)	(347)
Transferências	3.451	60.585	-	(64.036)	-	-
Saldo em 31/12/2014	325.455	253.747	2.103	10.506	8.249	600.060
Aquisições	9.517	1.295	149	1.224	295	12.480
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	5.303	2.701	-	(9.036)	1.032	-
Saldo em 30/06/2015	340.275	257.743	2.252	2.694	9.576	612.540
Amortização						
Saldo em 31/12/2013	(102.969)	(103.970)	(1.011)	-	(2.918)	(210.868)
Amortização	(19.549)	(13.359)	(97)	-	(490)	(33.495)
Baixas	-	24	14	-	281	319
Saldo em 31/12/2014	(122.518)	(117.305)	(1.094)	-	(3.127)	(244.044)
Amortização	(13.487)	(8.701)	(72)	-	(402)	(22.662)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2015	(136.005)	(126.006)	(1.166)	-	(3.529)	(266.706)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2014	202.937	136.442	1.009	10.506	5.122	356.016
Saldo em 30/06/2015	204.270	131.737	1.086	2.694	6.047	345.834

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Departamento de Estradas e Rodagens (D.E.R./PR)	260	260
Polícia Rodoviária Estadual (repasses contratuais)	269	153
Polícia Rodoviária Federal (repasses contratuais)	478	418
Compasa do Brasil Asfaltos e Fretes	-	24
Ipiranga Asfaltos	35	-
Betunel Ind e Com	5	-
SHV Gás	32	-
Vimaster Comp Vidros	26	-
Albatroz Turismo	10	-
Pedreira Ica	-	6
Pedreira Expressa	13	6
3M di Brasil	-	49
Transportadora Apucarana	9	-
Prosegur Brasil	40	41
Bradesco Saúde	-	97
Indutil Ind Tintas	63	-
MTS Sistemas	23	-
Baumier Automação	15	-
Maracavel Pecas e Serviços	13	-
Fiel Vigilância	54	74
Betunel Ind e Com	5	-
Paulino Car Serviços	12	27
Irmaos Baldin	-	37
Simone Campos e Campos	-	24
Carlos Roberto Panizio	-	33
Aurora Tropical Diatrib	-	20
Plasticos Moveel	12	-
Konrad Caminhões	6	-
Pumatronix Equip	8	-
Emp Bras de Tec Adm Convênios	42	45
Metso Brasil	-	-
Petrobras	50	23
RPC Comunicação	15	-
Outros fornecedores	234	198
	<u>1.729</u>	<u>1.535</u>

9. Empréstimos

	Encargos	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Santander – conta garantida	2% a.a. + CDI	-	121.070
		-	121.070
Encargos sobre empréstimos		-	-
Saldo líquido		-	121.070
Passivo circulante		-	121.070
Passivo não circulante		-	-

Os empréstimos de contas garantias contraídos possuíam em 31/12/2014 como garantia o aval da controladora TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures

Em 10 de maio de 2011, foi aprovada pela CVM a 2^o (segunda) emissão de registro de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 120 (cento e vinte) debêntures no valor de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) cada. As debêntures tiveram prazo de vigência de 72 (setenta e dois) meses, com vencimento inicialmente programado para 10 de maio de 2017.

Os recursos recebidos das debêntures foram utilizados para alongamento do perfil da dívida, recomposição do caixa para uso geral, inclusive a distribuição de dividendos relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, e antecipação de honorários por serviços a serem prestados pela Rio Tibagi.

O cronograma de pagamento das debêntures era de 12 (doze) parcelas semestrais consecutivas, com remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, ("Taxa DI"), capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,90% a.a. (dois inteiros e noventa centésimos por cento ao ano) ("Remuneração"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

A Remuneração foi calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Em 15 de maio de 2015, a Companhia efetuou o pagamento integral destas debêntures, no montante de R\$ 68.289, utilizando os recursos captados com a 3^a emissão de debêntures, conforme descrito abaixo.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures --- continuação

Em 09 de abril de 2015, foi aprovada pela CVM a 3^o (terceira) emissão de registro de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 24.600 (vinte e quatro mil e seiscentas) debêntures no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais) cada com emissão em 15 de abril de 2015. As debêntures terão um prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, vencendo em 15 de abril de 2020.

Os recursos recebidos das debêntures foram utilizados para alongamento do perfil da dívida, pagamento de despesas de capital e investimentos em bens de capital, recomposição do caixa para uso geral, liquidação antecipada da 2^o emissão das debentures e pagamento de capital de giro junto ao banco Santander e outros credores.

As remunerações das debêntures serão pagas em 10 (dez) parcelas semestrais consecutiva sendo a primeira paga em 15 de outubro de 2015.

O principal das debêntures será pago em 9 (nove) parcelas semestrais consecutivas sendo a primeira paga em 15 de abril de 2016.

As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, ("Taxa DI"), capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,20% a.a. (dois inteiros e vinte por cento ao ano) ("Remuneração"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

A Companhia cumpriu com todos os indicadores (*covenants*) relacionados com os contratos de debêntures em 30 de junho de 2015.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures --- continuação

As debêntures têm a seguinte composição e cronograma de vencimento:

Data	% de resgate	Quantidade	30/06/2015
15/04/2016	7,5%	18.450	18.450
15/10/2016	7,5%	18.450	18.450
15/04/2017	9,0%	22.140	22.140
15/10/2017	9,0%	22.140	22.140
15/04/2018	9,8%	23.985	23.985
15/10/2018	9,8%	23.985	23.985
15/04/2019	15,5%	38.130	38.130
15/10/2019	15,5%	38.130	38.130
15/04/2020	16,5%	40.590	40.590
	100,0%	246.000	246.000
Despesas Antecipadas			(4.782)
Provisão de Juros Mensais			7.212
			248.430
Passivo Circulante			24.672
Passivo Não Circulante			223.758
			248.430

11. Obrigações tributárias

	30/06/2015	31/12/2014
Imposto de renda	-	304
Contribuição social	-	122
PIS	98	115
COFINS	453	530
ISS	900	944
Outros tributos	80	101
Total das obrigações tributárias	1.531	2.116

12. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Econorte está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para riscos são suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a Econorte identificou processos que requerem registro de provisão. Para determinados casos com risco de perdas possíveis foi requerido depósito judicial conforme movimentação abaixo:

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas --- continuação

	31/12/2014	Adições	Baixas	30/06/2015
Provisão para contingências trabalhistas	642	-	-	642
Provisões para Honorários Advocatícios	1.167	-	-	1.167
Saldo total de provisão para contingências	1.809	-	-	1.809
Depósitos Judiciais	956	20	-	976
	853	(20)	-	833

A Econorte não constituiu provisões contábeis para os riscos avaliados por seus assessores jurídicos como perdas possíveis. Estes riscos envolvem, substancialmente, questões trabalhistas cujo montante, em 30 de junho de 2015, era de R\$ 759 (R\$ 788 em 31 de dezembro de 2014).

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 42.000 em 30 de junho de 2015, (R\$ 42.000 em 31 de dezembro de 2014), e está representado por um total de 13.600.000 ações ordinárias sem valor nominal (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2014), assim distribuídas entre os acionistas:

	Número de ações	% de participação
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	13.599.996	99,99
Outros	4	0,01
Total	13.600.000	100,00

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No mesmo estatuto, está previsto que da base de cálculo dos dividendos não são deduzidos os valores de constituição da reserva legal e da reserva estatutária e serão calculados dividendos correspondentes a 25% do saldo líquido da reserva de reavaliação realizada durante o exercício.

Foi aprovada pela administração através de Ata de Reunião de Administração (ARCA) a distribuição de dividendos, com base no balanço apurado em 2014, saldo na conta de (Passivo) dividendos a pagar no valor de R\$ 4.636, e saldo no (PL) conta de reservas de lucros no valor de R\$ 14.570, nos meses de janeiro e junho de 2015, os quais foram pagos integralmente.

A Companhia também reconheceu R\$ 1.360 a título de juros sobre capital próprio (JCSP) durante o primeiro semestre de 2015, referente ao exercício de 2014. Os JCSP foram registrados como despesas financeiras nos livros contábeis da Companhia e revertidos para o patrimônio líquido para fins de apresentação das informações trimestrais.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido --- continuação

c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em 2003 a Companhia procedeu a reavaliação dos bens de seu ativo imobilizado, tendo registrado reavaliação no valor de R\$ 53.537. Em 31 de outubro de 2007 a Companhia reavaliou novamente seus ativos, adicionando o montante de R\$ 152.666 (R\$ 100.760, líquido dos efeitos tributários), com base em laudo técnico emitido por empresa especializada. Os tributos incidentes foram reconhecidos a débito da conta de reserva de reavaliação e a crédito na conta de tributos sobre reserva de reavaliação no passivo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização. A realização da referida reserva e dos tributos incidentes ocorrerão na proporção das baixas por depreciação e/ou alienação dos bens que a geraram.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão.

d) Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do período, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Em 30 de junho de 2015, o saldo da reserva legal monta R\$ 6.464.

e) Reserva estatutária

É estabelecida pelo estatuto social da Companhia para garantir a restituição do capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão. Constitui-se na proporção de 0,5% do lucro do exercício e limita-se a 10% do capital social. Em 30 de junho de 2015, o saldo da reserva estatutária monta R\$ 812.

f) Retenção de lucros

É efetuado de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Os órgãos da administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados, em cumprimento às deliberações de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014. A assembleia deliberará sobre o montante que ultrapassar o saldo do capital social, em cumprimento com o previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

14. Instrumentos financeiros

A Companhia não tem contratado instrumentos financeiros derivativos.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalente a caixa, aplicações financeiras, fornecedores e empréstimos.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros -- continuação

Sendo que os valores registrados se equivalem aos valores de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- i. Aplicações Financeiras – são classificadas como investimentos mantidos até o vencimento.
- ii. Empréstimos – são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

a) Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

b) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente.

c) Risco regulatório

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de tráfego a ser pedagiado, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

d) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 30 de junho de 2015, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 03 de julho de 2015 foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros -- continuação

Despesas financeiras

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato.

A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2015 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Projeção das Receitas Financeiras – 2015

Aplicações Financeiras		Queda de 25% <u>Cenário II</u>	Queda de 50% <u>Cenário I</u>	Base Case <u>Cenário Provável</u>	Aumento de 25% <u>Cenário III</u>	Aumento de 50% <u>Cenário IV</u>
<u>Indexador</u>	-					
CDI - %	-	10,29%	6,86%	13,72%	17,15%	20,58%

<u>Projeção das Receitas Financeiras - 2015</u>							
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	<u>Taxa de Remuneração</u>	<u>Saldo Principal em 30/06/15</u>	<u>Queda de 25%</u>	<u>Queda de 50%</u>	<u>Base Case</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
		CDI	22.305	2.295	1.530	3.060	3.825
TOTAL APLICAÇÕES FINANCEIRAS		22.305	2.295	1.530	3.060	3.825	4.590

Projeção das Despesas Financeiras – 2015

Empréstimos e Financiamentos						
	Queda de 25% <u>Cenário II</u>	Queda de 50% <u>Cenário I</u>	Base Case <u>Cenário Provável</u>	Aumento de 25% <u>Cenário III</u>	Aumento de 50% <u>Cenário IV</u>	
<u>Indexador</u>	-					
CDI - %	10,29%	6,86%	13,72%	17,15%	20,58%	
2,2% a.a	N/A	N/A	2,90%	N/A	N/A	

<u>Projeção das Despesas Financeiras - 2015</u>							
CAPITAL DE GIRO	<u>Taxa de Juros</u>	<u>Saldo Principal em 30/06/15</u>	<u>Queda de 25%</u>	<u>Queda de 50%</u>	<u>Base Case</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
	Debentures	2,2% a.a + CDI	248.430	32.768	24.247	41.289	49.810
TOTAL EMPRÉSTIMOS		248.430	32.768	24.247	41.289	49.810	58.331

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

a) Imposto de renda e contribuição social diferido

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo		
Sobre diferenças temporárias		
Provisão para manutenção		
Imposto de renda diferido	6.459	6.648
Contribuição social diferida	2.325	2.393
Outras provisões temporárias		
Imposto de renda diferido	452	452
Contribuição social diferida	163	163
	<u>9.399</u>	<u>9.656</u>
Passivo		
Sobre diferenças temporárias e reserva de reavaliação		
Imposto de renda diferido	(11.267)	(12.037)
Contribuição social diferida	(4.136)	(4.413)
Sobre diferença de depreciação		
Imposto de renda diferido	(24.889)	(26.830)
Contribuição social diferida	(8.961)	(9.657)
Sobre apropriação juros empréstimos obras em andamento		
Imposto de renda diferido	(502)	(541)
Contribuição social diferida	(180)	(195)
	<u>(49.935)</u>	<u>(53.673)</u>
	<u>(40.536)</u>	<u>(44.017)</u>

b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Lucro antes dos impostos e contribuições	(2.448)	15.086
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	832	(5.129)
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões):		
Juros sobre Capital Próprio	464	456
Adições permanentes, líquidas	(146)	(27)
Incentivos fiscais: PAT e patrocínio 8.313/91	(53)	(59)
Imposto de renda e contribuição social	<u>1.097</u>	<u>(4.759)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	<u>(2.383)</u>	<u>(3.428)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferido	<u>3.480</u>	<u>(1.331)</u>

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas

As transações de contratação de serviços são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

16.1 Dívidas com pessoas ligadas

Triunfo Participações e Investimento S.A.	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Dividendos	-	4.636
Rateio de custos e despesas	<u>192</u>	<u>690</u>
	<u>192</u>	<u>5.326</u>

16.2 Transações comerciais

As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro abaixo e se referem a transações de compra de serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como obras previstas no cronograma de investimentos, sendo que os valores contratados estão vinculados ao contrato original de concessão, acrescido dos reajustes previstos, como segue:

Passivo	Curto Prazo	Contas a pagar a partes relacionadas		Ativo	Curto Prazo	Adiantamentos	Valores acumulados nos períodos encerrados em 2015 e 2014										
		Longo Prazo	CP/LP				Longo Prazo	CP/LP	a fornecedores ¹	Imobilizado		Conservação		Operação		Despesas com aluguel	
										30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	jun/15	jun/14	jun/15	jun/14
Rio Tibagi		-	-	CP		18.131	4.666	1.305	5.723	24.641	17.405	8.153	7.496	83	72		
Constr. Triunfo	C P	-	39			-	-	126	42.097	-	328	-	-	-	-		
Compasa	C P	2.028	-			2	-	8.902	-	-	-	-	-	-	-		
Total		2.028	39			18.133	4.666	10.333	47.820	24.641	17.733	8.153	7.496	83	72		

1) Adiantamento para fornecimento de serviços e obras futuras

Contrato com à Rio Tibagi

Em julho de 2001 a Companhia contratou a empresa OSR - Operações e Serviços Rodoviários Ltda., também constituída majoritariamente pelos seus acionistas controladores, que passou, a prestar serviços de conservação de rotina, e atendimento médico e mecânico nas rodovias. Em fevereiro de 2010, passou a se chamar RIO TIBAGI Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas -- continuação

16.2 Transações comerciais -- continuação

Em outubro de 2004, um novo contrato foi firmado, passando a OSR a prestar também serviços de operação de balanças de pesagem. Com o encerramento deste, em julho de 2005 novos contratos foram firmados com a OSR, que além dos serviços já contratados, passou também a prestar serviços de captura de animais, manutenção da faixa de domínio, inspeção de tráfego, contagem de trânsito, gerenciamento da casa do motorista, arrecadação e manutenção dos sistemas de arrecadação.

Em 2015, os contratos de serviços foram renovados. Sobre os saldos vencidos, incidem juros de mora equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Seguem os valores contratuais variáveis (em R\$) – conforme contrato:

Valores contratuais variáveis (em R\$) – conforme contrato:

- a) Apoio ao controle de tráfego - Unidade Veicular: R\$ 30.163,00 por unidade/mês.

- b) Operação do sistema de pesagem em balança fixa/móvel - BR 153 – km 5: R\$ 68.090,00 p/mês e BR 369 – km 10: R\$ 68.090,00 p/mês.

- c) Inspeção de tráfego

Veículo cabine dupla, equipado com asa delta: R\$ 44.599,00 por unidade/mês; Veículo cabine dupla convencional: R\$ 37.646,00 por unidade/mês; Quilometragem acima de 25.000 km/mês para inspeção de tráfego com asa delta: R\$ 1,37/km; Quilometragem acima de 25.000 km/mês para inspeção de tráfego convencional: R\$ 1,00/km. Veículo adicional de inspeção de tráfego: R\$ 979,00 por unidade, pela operação de 1 turno de 8 horas.

- d) Atendimento mecânico

Guincho reboque para veículos leves: R\$ 36.290,00 por unidade; Guincho reboque para veículos pesados: R\$ 63.320,00 por unidade; Unidade adicional de Guincho mecânico pesado: R\$ 18.142,00 por unidade; Quilometragem acima de 1.900 km/mês: R\$ 1,20/km; Quilometragem acima de 1.992 km/mês de veículos pesados: R\$ 1,68/km; Serviços Adicionais: R\$ 60,47 por unidade; Unidade adicional de guincho mecânico: R\$ 979,00 por unidade, pela operação de 1 turno de 8 horas.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas -- continuação

16.2 Transações comerciais -- continuação

e) Atendimento médico pré-hospitalar

Ambulância tipo baú: R\$ 90.334,00 por unidade; Ambulância tipo furgão: R\$ 84.516,00 por unidade; Unidade mista resgate /amb.: R\$ 26.923,00 por unidade; Viatura de intervenção rápida: R\$ 74.813,00 por unidade; km acima de 1.500 km/mês: R\$ 2,33 para unidades mistas e R\$ 2,90 para viatura de intervenção rápida; Prestação de serviços e operação adicional: R\$ 1.552,00 /unidade/turno

Os serviços contratados/orçados para 2015 e os respectivos valores executados até 30 de junho de 2015 estão demonstrados, como segue:

	Prazo	Valor orçado	Valor executado
Apoio ao tráfego	2015	362	181
Operação do sistema de pesagem em balança	2015	1.634	817
Serviços de inspeção de tráfego	2015	2.106	1.049
Atendimento mecânico, resgate e reboque	2015	4.025	1.963
Atendimento médico pré-hospitalar	2015	6.583	3.276
Total		14.710	7.286

	Prazo	Valor contratado	Valor executado
Administração S.A.U.	2015	458	229
Manutenção de viveiro	2015	150	75
Limpeza e conservação	2015	200	100
Recolhimento de animais, caminhão pipa	2015	927	463
Manutenção predial	2015	1.560	780
Obras Emergenciais	2015	1.305	1.305
Conservação e manutenção das rodovias	2015	43.425	23.861
Total		48.025	26.813

Contrato com à Construtora Triunfo S.A. / Compasa do Brasil

Em 31 de julho de 2007 a Companhia contratou a Construtora Triunfo S.A. para prestar serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como para realizar obras previstas no cronograma de investimentos. Em 2013, os contratos foram renovados.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas -- continuação

16.2 Transações comerciais -- continuação

Em fevereiro de 2015 houve o 1º aditivo do contrato entre as partes, no qual a Construtora Triunfo S.A, passou a cessão do contrato vigente, para a Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda, no qual a mesma assumiu toda a responsabilidade do mesmo, dando continuidade nos serviços contratados como descritos no contrato original.

Os serviços contratados/orçados para 2013/2017 e os respectivos valores executados até 30 de junho de 2015 estão demonstrados, como segue:

Serviços contratados	Prazo	Valor contratado	Valor executado
Prestação de serviços (i) obras de restauração, sistema de drenagem, obras de artes correntes, obras complementares e sinalização; (ii) manutenção de rodovias de acordo com as determinações firmadas pelo poder concedente das rodovias BR 369, BR 153 PR 323, PR 445, e (iii) monitoramento dos pavimentos que compõe o Lote nº 01 do Anel de Integração do Estado do Paraná.	2017	123.609	50.728

17. Remuneração dos administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. No período de três meses findo em 30 de junho de 2015, as despesas com esses administradores, a qual é formada exclusivamente por pró-labore e gratificação, totalizaram R\$ 1.050 (R\$ 964 no mesmo período de 2014).

A Assembleia Geral Ordinária de 12 de dezembro 2013 aprovou a remuneração dos administradores de até no máximo R\$ 1.422, por exercício. A Companhia não concede nenhum outro benefício a seus administradores, tais como fundos de aposentadoria, remuneração variável ou quaisquer benéficos pós-emprego.

18. Receita operacional líquida

	30/06/2015	30/06/2014
Receitas de arrecadação	93.818	86.627
Receitas de construção - ativos da concessão	12.480	51.177
Receitas acessórias	1.355	833
Receita bruta de serviços	107.653	138.637
Impostos incidentes sobre serviços	(7.944)	(7.278)
Receita líquida	99.709	131.359

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Receitas		
Rendimentos de aplicação	240	-
Outros rendimentos	<u>3.238</u>	<u>1.049</u>
	3.478	1.049
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(7.592)	(3.250)
IOF sobre empréstimos	(944)	(844)
Variações monetárias debentures	(11.760)	(5.753)
Despesas sobre manut. rodovias	(1.659)	(1.646)
Despesas com debentures	(1.076)	(218)
Outros	(849)	(1.113)
	<u>(23.880)</u>	<u>(12.824)</u>
Total	<u>(20.402)</u>	<u>(11.775)</u>

20. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Despesas por função		
Custo dos serviços prestados	71.329	94.302
Despesas operacionais	<u>10.426</u>	<u>10.196</u>
	81.755	104.498
Despesas por natureza		
Custo de serviços prestados	33.644	24.631
Custo de construção - ativos da concessão	12.480	51.177
Despesas com pessoal	4.795	3.771
Amortizações	22.661	16.030
Gerais e administrativas	5.631	6.425
Outras operacionais	2.544	2.464
	<u>81.755</u>	<u>104.498</u>

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Litígio na Concessão

Integração do Paraná, vencedora do certame licitatório resultante da concorrência pública internacional, para a outorga de concessão de segmentos rodoviários do Estado do Paraná.

Recentemente, a Econorte em conjunto com o Poder Concedente assinou o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (Termo Aditivo n. 272/2014), publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 28.11.2014.

O Termo Aditivo, em síntese, restabelece o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, extinguindo os passivos contratuais existentes desde 2002 (data do último aditivo contratual). Nesse contexto, o aditivo proporciona efeitos transacionais, preventivos e extintivos de litígio, em relação a cada um dos processos existentes que cada parte mantinha, uma frente ou outra, ou seja, reconhece a perda superveniente do interesse de agir em relação aos diversos processos perpetuados pela administração anterior, na busca da redução, suprimir e/ou extinguir o programa de concessão rodoviários no Estado, seja por meio de medidas e ações administrativas ou judiciais, como também nas diversas medidas judiciais apresentadas pela Companhia contra o Governo do Estado do Paraná e/ou frente ao Departamento de Estrada e Rodagem do Paraná.

Em síntese, a Econorte, individualmente ou em conjunto com outras concessionárias, busca a tutela jurisdicional para resguardar a manutenção da incolumidade do contrato de concessão de que é titular, que vem sendo mantido por diversas decisões judiciais favoráveis, sejam estas decisões liminares, sentenças ou outros julgamentos proferidos por instâncias superiores, reiterando o compromisso e o objetivo de manter incólumes o Contrato de Concessão e seus Termos Aditivos firmados entre a Econorte e o Estado do Paraná, com a manutenção da integridade do programa de concessão de que é titular.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Seguro e garantia

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante o DER/PR, tendo os acionistas como fiadores da operação. A Companhia possui por força contratual, quando aplicável, cobertura de seguros para execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia.

Adicionalmente, mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 30 de junho de 2015, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Seguradora	Nº Apólice	Vigência da Apólice	Valor do prêmio	Valor de cobertura
Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A	5 107 750 007 860 000 001	Jan/2015 a dez/2015	370	105.878
ITAU XL Seguros Corporativos S.A.	37-96-4000226-0	Jan/2015 a jan/2016	402	76.082
ITAU XL Seguros Corporativos S.A.	37-51-4000231-0	Jan/2015 a jan/2016	402	10.000
ITAU XL Seguros Corporativos S.A.	37-67-4000082-0	Set/2015 a Jan/2016	15	14.293
ITAU XL Seguros Corporativos S.A.	1.67-4005467-0	Set/2013 a Jan/2016	157	61.390
				267.643
Limite máximo de indenização: Seção I-Danos patrimoniais				500
Limite máximo de indenização: Seção II -Engenharia				27.786
Limite máximo de indenização: Seção III-Perdas de receitas				47.895
Limite máximo de indenização: Seção IV-Responsabilidades				8.000

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Compromissos com a concessão

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER/PR), sendo seu término previsto para o ano de 2021.

Em agosto de 2009, houve a deliberação nº 094/2009, do Conselho Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná, aprovando os pareceres que instruíram o processo protocolado sob nº 9.895.907-6, que estabeleceu o Plano de Recuperação por Etapa. Em setembro de 2009, a Econorte manifestou a sua concordância ao referido plano de recuperação através do Ofício ECN 117-2009.

Conforme a deliberação, o Programa de Exploração da Rodovia - PER, passou a prever investimentos no montante de R\$ 424.271. O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

Investimentos previstos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
		9.299	13.544	12.470	16.716	13.682	4.220	240.464

Manutenções previstas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
		8.175	6.882	20.424	21.941	13.418	14.650	28.386

Até 30 de junho de 2015 os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão, foram integralmente cumpridos.

A Companhia tem provisão em 30 de junho de R\$ 25.785 referente a manutenção à ser realizada pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura de acordo com a nota 2.8.